

Movimentos suprapartidários x partidos políticos: parceria ou desafio

Supraparty movements x political parties: partnership or challenge

JOSÉ PAULO MARTINS JUNIOR

PRISCILA SCHMITZ DUARTE

RESUMO

Surgem no Brasil, a partir de 2016, diversas organizações que atuam na arena política com um “selo” de renovação política sob a lógica suprapartidária com propostas de qualificar lideranças políticas e, conseqüentemente, o debate político e a qualidade da representação. Nas eleições seguintes, em 2018, 29 deputados¹ oriundos desses grupos foram eleitos para a Câmara de Deputados, legitimando a atuação dessas organizações por via institucional e preocupando diferentes atores políticos, acusando-os de atuarem como “partidos clandestinos”² e de facilitar burlar regras eleitorais e partidárias basilares para o funcionamento democrático Brasileiro. Os partidos são organizações centrais nos regimes políticos, com funções e objetivos estabelecidos, e passaram por diversas transformações, sendo capazes de sobreviverem às revoluções, guerras e alterações na sociedade. Diante dessa nova configuração de atuação na arena política nacional, este artigo tem como objetivo investigar esses agrupamentos suprapartidários, buscando compreender o seu papel em relação aos partidos estabelecidos, se atuam de forma correligionária ou se são de fato adversários na arena política nacional. A pesquisa adota metodologia qualitativa com entrevistas em profundidade com lideranças dos movimentos suprapartidários, seguidas de análise de conteúdo. As conclusões indicam que essas organizações impõem desafios aos partidos ao priorizar a formação política de candidatos, mas que sua atuação tem sido mais no sentido de formar atores qualificados para atuação na arena legislativa.

Palavras-chave: Partidos políticos, movimentos supra-partidários, renovação política

ABSTRACT

Since 2016, several organizations have emerged in Brazil that operate in the political arena with a “hallmark” of political renewal under the supra-party logic with proposals to qualify political

¹<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/movimentos-de-renovacao-politica-elegem-mais-de-30-deputados-e-senadores/>

²<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/ciro-diz-que-movimento-de-tabata-e-partido-clandestino-e-que-ela-faz-dupla-militancia.shtml>

leaders and, consequently, the political debate and the quality of representation. In the following elections, in 2018, 29 deputies from these groups were elected to the Chamber of Deputies, institutionally legitimizing the activities of these organizations and worrying different political actors, accusing them of acting as “clandestine parties” and of facilitating the circumvention of electoral rules and fundamental parties for the Brazilian democratic functioning. Parties are central organizations in political regimes, with established functions and objectives, and have undergone several transformations, being able to survive revolutions, wars and changes in society. Faced with this new configuration of action in the national political arena, this article aims to investigate these supra-party groupings, seeking to understand their role in relation to established parties, if they act in a co-religious way or if they are in fact opponents in the national political arena. The research adopts a qualitative methodology with in-depth interviews with leaders of supra-party movements, followed by content analysis. The conclusions indicate that these organizations pose challenges to the parties by prioritizing the political formation of candidates, but that their action has been more in the sense of forming qualified actors to act in the legislative arena.

Key words: Political parties, supra-party movements, political renewal

INTRODUÇÃO

Os partidos políticos têm sido os atores centrais nos regimes políticos, atuando como organizações complexas e heterogêneas na arena governamental e eleitoral, com ligações orgânicas com diversos atores da sociedade organizada. Trata-se de um tipo de organização recente, datada do seu surgimento no final do século XVIII, e que sofreu diversas transformações ao longo do tempo. Os partidos se organizam de tal maneira que articulam e canalizam interesses de diversos grupos da sociedade civil para com o Estado. Desta forma, nas democracias representativas em que os governantes são eleitos periodicamente pelo povo, os partidos políticos são atores essenciais ao regime.

No Brasil, a história dos partidos políticos é marcada por períodos de avanços e retrocessos, de negação e ameaça, como também, sobretudo nos períodos mais recentes, de reconhecimento e alicerçamento. Desde a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, os partidos desempenham papel decisivo em eleições democráticas, pois são a única organização que detém o monopólio e legitimidade de indicação de candidatos e, conseqüentemente, de formação de governo e nos processos de tomada de decisões políticas. Contudo, enquanto atores basilares do sistema político, as agremiações partidárias apresentam baixa credibilidade em relação à confiança perante a opinião pública. Desde 2009, início das medições do Índice de Confiança Social (ICS)³, os dados indicam que os partidos políticos estão na última colocação entre as organizações em

³ O ICS é uma pesquisa anual produzida pelo Ibope Inteligência para monitorar a evolução da confiança da população em instituições e grupos sociais.

que a população confia. Considerando os dados do Latinobarômetro (2018), os partidos foram as instituições com menor confiança na América Latina, com apenas 13% de confiança e o Brasil apresenta o segundo pior indicador da região, com os partidos tendo apenas 6% de confiança (CORPORACIÓN LATINO BARÓMETRO, 2018).

Diante deste cenário, observamos um duplo movimento no sistema político brasileiro. De um lado, desde 2013, diversas agremiações partidárias excluíram a palavra “partido” de suas siglas. Vários exemplos podem ser observados: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) voltou a ser Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Popular Socialista (PPS) passou a se chamar Cidadania, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) virou Republicanos, o Partido Trabalhista do Brasil (PTB) virou Avante, o Partido Trabalhista Nacional (PTN) passou a ser Podemos, o Partido Ecológico Nacional (PEN) mudou para Patriota; o Partido Progressista (PP) agora é chamado Progressistas e o Partido da Social Democrata Cristão (PSC) virou Democracia Cristã. As novas legendas criadas no mesmo período operam sob a mesma lógica: Solidariedade (2013), Novo (2015) e Rede Sustentabilidade (2015).

Do outro lado, desde 2016, um novo fenômeno tem surgido e disputado o espaço político com os partidos. Atualmente, estão ativas dezenas de movimentos suprapartidários, com representantes espalhados por quase todas as legendas presentes no sistema partidário brasileiro. Entendemos como movimentos suprapartidários aqueles agrupamentos organizados na sociedade civil sob a lógica apartidária, ou seja, que atuam de forma independente aos partidos políticos e, sobretudo, reúne e organiza atores políticos de diferentes ideologias com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da democracia e fortalecimento dos valores democráticos com ações políticas que prezam a pluralidade, a representação e a transparência. Em essência, esses movimentos são grupos de interesse que atuam estabelecendo compromissos com pautas definidas e procuram agrupar pessoas que compartilhem dessa pauta para fortalecê-las politicamente.

Nas eleições gerais de 2018, os movimentos suprapartidários de renovação política elegeram 29 deputados federais e 4 senadores, feito esse responsável por robustecer a atuação desses grupos pela via política institucional. Tais movimentos suprapartidários de renovação política surgiram com a proposta de oferecer escolas de formação política com objetivo de qualificar líderes e revigorar os quadros de representantes políticos do país.

Num cenário em que há questionamentos sobre a qualidade da representação e um desgaste da imagem dos partidos políticos, o nascimento desses movimentos

suprapartidários parece ser uma oportunidade de burlar limitações legais impostas aos partidos, cumprindo, em parte, a mesma lógica de obrigação e funções: recrutamento de candidatos, formação de quadros políticos e representação nas esferas políticas, operando sobre a lógica suprapartidária, sem amarra ideológica e sobretudo sem os rigores da legislação eleitoral.

Diante deste quadro e de diversas notícias que apontam atritos entre os movimentos suprapartidários e as legendas brasileiras, cabe indagar: a atuação desses grupos incomoda parte dos atores políticos tradicionais que viam os partidos como únicos bastiões da democracia eleitoral ou os partidos capitalizam a boa imagem que esses agrupamentos têm perante a sociedade civil? A presença desses dois atores indica em maior proporção caminhos de cooperação ou de disputa de espaço na arena política? A proposta do presente artigo é explorar essa nova forma de organização e de representação política -- que também opera na arena política eleitoral e partidária, ainda que sem escapar à mediação da institucionalidade partidária.

O principal objetivo deste artigo é mapear e compreender a relação entre partidos políticos e movimentos suprapartidários no Brasil sobretudo a partir da interação destes com a massa eleitoral e seu sucesso das eleições. Algumas questões poderão ser respondidas pelo que conhecemos destas organizações. Outras somente poderão ser respondidas com o desenrolar do jogo político dentro e fora dos períodos eleitorais. No entanto, esses questionamentos fazem com que nos perguntemos quais as finalidades táticas, estratégicas e institucionais, sobretudo por trás do não rompimento institucional com os partidos políticos e o do pressuposto de uma transformação da representação política pela edificação de novas lideranças.

Cabe, ainda, acentuar que, ao assinalarmos as semelhanças de objetivos entre os movimentos suprapartidários aqui considerados e os partidos propriamente ditos, não estamos propondo uma equivalência pura e simples entre ambos os tipos de organização; o aspecto mais óbvio das diferenças existentes é que, no Brasil, os partidos continuam sendo indispensáveis para qualquer projeto de inserção individual ou coletiva na disputa eleitoral. Também devemos ressaltar que foi esse ponto de vista (capaz de perceber e salientar as semelhanças entre os movimentos e os partidos) que justificou o enquadramento da discussão na literatura sobre a questão partidária. Não desconhecemos o histórico das relações (ora mais tensas, ora mais complementares) entre movimentos sociais em geral e

partidos políticos institucionalizados, mas optamos por enquadrar o debate na produção teórica sobre os partidos⁴.

Quando nos perguntamos sobre a centralidade e a importância dos partidos, logo pensamos no papel que essas organizações desempenham, sendo, sobretudo, vitais não só por realizar as funções padrão dos partidos políticos em democracias estabelecidas, incluindo o recrutamento de candidato, a mobilização e apoio eleitoral, a estruturação de agendas políticas e a formação de governos, mas também pelo fundamental papel de atores no estabelecimento e consolidação de novos regimes democráticos, ao mesmo tempo que devem se institucionalizar.

A política partidária emerge como elemento central da organização política de diversos países a partir do século XIX. Antes disso, os partidos eram associados à ideia de facções, ou seja, agrupamentos de pessoas com interesses em comum, que colocavam em perigo a ordem institucional. Essa mudança positiva coincide com o amplo movimento em direção à política eleitoral de massa, a partir da transferência do poder político para as legislaturas e a expansão do eleitorado, sobretudo o que ocorreu no século XIX na Europa e nos Estados Unidos, que fez com que a competição eleitoral se estruturasse em torno dos partidos (SCARROW, 2006). E, por isso, a presença de múltiplos partidos políticos concorrentes gradualmente passou a ser considerada uma das principais marcas de um regime democrático (CHATTSCHNEIDER, 1942; DOWNS, 1957). Além da percepção da competição eleitoral como uma atividade central dos partidos, surgiram também diversas outras descrições funcionalistas estruturais mais elaboradas sobre esses atores (MERRIAN, 1923; DUVERGER, 1954; MICHELS, 1954; SARTORI, 1982; PANEBIANCO, 1988; ALDRICH, 1995).

Em *The 19th-Century Origins of Modern Political Parties: The Unwanted Emergence of Party-Based Politics*, Scarrow (2006) apresenta argumentos sobre o tema. A grande inovação, do ponto de vista normativo, em seu artigo, se dá na breve revisão que a autora elenca sobre o surgimento dos partidos modernos não sendo apenas uma dimensão da mudança de incentivos organizacionais. Na seção intitulada *Why not parties?*, Scarrow (2006) apresenta a dimensão da influência do conjunto de restrições institucionais que foram determinantes importantes do momento do surgimento dos partidos políticos. Ao mesmo tempo em que em diversos países existiam leis que regiam o direito à liberdade de reunião, livre associação

⁴ Somos gratos a um dos pareceristas anônimos por evidenciar esse aspecto, que se encontra desenvolvido em Pereira (2012).

e liberdade de expressão, em outros existiram diversos obstáculos institucionais e legais que sufocaram a organização política e o debate plural, sobretudo aqueles que poderiam ameaçar o *status quo*, retardando assim a construção partidária e a competição organizada. Em alguns países da Europa central, o resultado combinado dessas restrições fez com que escolas de pensamento "partidário" surgissem nesses países bem antes do surgimento de partidos organizados. Por fim, a revisão realizada pela autora, que é contrária a quase todos os textos cânones sobre partidos e sistemas partidários, sustenta a noção de que a combinação dessas restrições não sufocou a organização partidária, mas certamente desencorajou e atrasou os esforços de se construir estruturas permanentes de mobilização de oposição e apoio político-governamental. A autora defende que os partidos modernos desempenham, dessa forma, até hoje, grande influência no sistema político, sendo a partir da estruturação das escolhas eleitorais ou na coordenação de ações legislativas e executivas, sejam no recrutamento de candidatos e na mobilização do eleitorado (SCARROW, 2006).

Outro autor que disserta sobre a centralidade dos partidos é John Aldrich (1995) em *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. O argumento geral de Aldrich (1995) está fundamentado na dimensão de que um partido político é uma instituição endógena moldada por atores políticos ambiciosos - candidatos e funcionários públicos - de forma que são organizações instrumentalizadas para fornecer aos políticos meios para que eles atinjam seus objetivos, como ter uma carreira longa e bem-sucedida em cargos políticos, ou para que realizem determinados objetivos pessoais, ou até mesmo para que obtenham poder e prestígio dentro do governo. E, embora a literatura recente tenha se concentrado no declínio dos partidos e na perda da capacidade desta organização em agregar os interesses diversos na sociedade, os partidos sempre foram nada mais que uma ferramenta dos políticos, os ambiciosos candidatos a cargos públicos e os titulares de cargos. Aldrich (1995) argumenta que esses atores mantiveram ou abusaram do sistema partidário e, ao fazê-lo, sempre estiveram em busca da promoção de seus objetivos e ambições. Desta forma, o autor defende que os políticos não têm metas partidárias em si. Ao contrário, eles têm objetivos mais fundamentais e o partido é apenas o instrumento para alcançá-los.

Assim, além dos atores, outras três forças principais moldam os partidos políticos: a ação coletiva, ou seja, a discussão usual sobre os propósitos dos partidos como instrumento de organização e agregação de interesses; a escolha coletiva, se um partido é uma ferramenta útil na solução de problemas de escolha social, em interações entre instituições eleitorais, legislativas e executivas, que não podem ser resolvidas facilmente de

outras maneiras; e o cenário histórico-tecnológico, onde ferramentas de comunicação e locomoção modernas tornam os partidos menos necessários para organizar campanhas e outras atividades. O autor também defende que a forma em que os partidos podem colaborar com os políticos ambiciosos depende de três variáveis: a política, ou seja, o eleitorado; o cenário institucional, ou seja, os arranjos institucionais do sistema político em questão; e o contexto histórico, fundamentados em ideias, valores e condições tecnológicas de desenvolvimento. As duas primeiras variáveis robustecem problemas de ação e escolha coletiva e o contexto histórico determina se os partidos são o meio mais eficientes de resolver esses dois problemas.

Mas ainda fica a questão central: por que partidos? Em suma, o autor argumenta que os partidos são concebidos como tentativa de resolver problemas que outros arranjos institucionais não resolvem e que os políticos, de forma individualizada, não podem resolver.

Como apresentado anteriormente, esses problemas estão relacionados à ação e à escolha coletiva. Além disso, os partidos são uma criação da classe política, candidatos ambiciosos e detentores de cargos, concebidos para fins eleitorais: vencer as eleições. Os partidos são assim, criações dos próprios atores - por isso o argumento de Aldrich (1995) de serem instituições endógenas - que são titulares dos cargos que buscam se eleger e que se beneficiam a partir do sucesso da obtenção do cargo, e conseqüentemente, da realização de suas metas.

O autor defende que os partidos são elementos intrínsecos da vida política, que estruturam e racionalizam as escolhas do eleitorado através do exercício efetivo do governo e das campanhas. Desta forma, ele demonstra a origem dos partidos a partir da existência de diversos incentivos para políticos ambiciosos organizarem esse tipo de estrutura institucional. Uma variedade de problemas que surgem nas eleições e no governo que torna possível que políticos ganhem cada vez mais o que eles buscam a partir da criação de partidos. Não é necessário e nem inevitável que os partidos surjam, contudo, o contexto explica que, para alcançar o que eles buscavam, os políticos utilizaram-se dos partidos para tal. Desta forma, são os atores políticos, preocupados com seus próprios interesses eleitorais, que criaram os partidos e que, posteriormente, os moldaram de acordo com tais interesses. Em alguns casos, os valores e princípios também são a motivação principal para quem deseja se eleger.

A grande lição deixada por Aldrich (1995) está na proposição de que dizer que os políticos podem achar interessante a criação ou a instrumentalização de partidos para conquistar seus objetivos não é a mesma coisa que dizer que eles vão escolher esse tipo de organização. O partido político é uma empresa submetida aos problemas de ação coletiva. Mas, cada vez mais, surgem outras formas de organização como forma de alcançar os objetivos dos atores políticos. O autor argumenta que cada vez mais é debatido a questão do lançamento de candidaturas individuais sem a participação de partidos. E, já que formar ou se afiliar a um determinado partido é uma escolha voluntária individual, devemos dar mais atenção para análises acerca da presença de incentivos para que os políticos organizam-se em torno de partidos, se é fácil e conveniente este tipo de arranjo institucional e se não tem outras formas de organização superiores.

Embora a literatura recente tenha se concentrado no declínio dos partidos e na perda da capacidade desta organização em agregar os interesses diversos na sociedade, o fato é que os partidos políticos, sobretudo no início século XXI, estão enfrentando uma série de novos desafios, muitos dos quais não tinham sido antecipados nem tratados de forma adequada pela literatura existente no campo de estudos partidários, principalmente aquelas que definem essa organização enquanto ator central do sistema político. Acreditando na contínua importância dos partidos em todos os sistemas democráticos, contudo, devemos levar em consideração as diversas combinações existentes entre várias organizações, que estão de acordo com os desafios enfrentados pela contemporaneidade. Novos atores emergem de forma a combinar as maneiras de atuação, tornando cada vez mais importante o desenvolvimento de formulações mais sistemáticas e sofisticadas empiricamente, de forma a se consolidar um conjunto de teorias de médio alcance. Dentre esses novos atores, vale ressaltar, essencialmente, os movimentos suprapartidários.

OS PAPÉIS E FUNÇÕES DOS PARTIDOS

Os partidos constituem um meio de tornar inteligível uma série de processos para os cidadãos e, muitas vezes, são considerados indispensáveis ao funcionamento da representação política e da democracia. Diversos autores apresentam classificações das funções desempenhadas pelos partidos, sem que realmente surja um consenso sobre uma categorização comum (WRIGHT 1971; SARTORI 1982; PANEBIANCO 1988; LAWSON e MERKL 2014). No máximo, a literatura concorda em três categorias principais de funções identificadas por: 1) funções exercidas em relação ao eleitorado, 2)

como organização ou 3) no contexto da participação governamental (VAN HAUTE e SAUGER, 2018).

Em relação ao eleitorado, os partidos simplificariam e estruturariam as escolhas eleitorais (agregação de interesses), serviriam como canais de comunicação, educariam os cidadãos, participariam na sua socialização e na sua integração no sistema político (integração), gerariam símbolos de identificação e lealdade ou organizar campanhas eleitorais. Os partidos também são considerados canais de participação política (participação/mobilização). Como organizações, os partidos recrutam, treinam e selecionam líderes e candidatos (recrutamento de quadros políticos) e desenvolvem programas políticos (função programática). Em relação ao governo, os partidos também cumprem certas funções. Eles criariam maiorias, organizariam o governo, liderariam a oposição e o debate (mediação/expressão), implementariam objetivos políticos, assegurariam a responsabilidade pelas ações do governo, controlariam a administração do governo, manteriam a estabilidade do governo, estruturariam as divisões parlamentares e organizariam a representação (função de governo, coordenação e decisão política).

Posto isto e, levando em consideração os argumentos centrais de Scarrow (2006), os partidos modernos desempenham, até hoje, grande influência no sistema político, sobretudo a partir da estruturação das escolhas eleitorais ou na coordenação de ações legislativas e executivas, ou no recrutamento de candidatos e na mobilização do eleitorado. Ora, ao analisarmos o papel dos movimentos suprapartidários no sistema político brasileiro, vemos que esses agrupamentos também realizam, de certa forma, funções semelhantes, sem estarem sujeitos às condições impostas pela Lei Geral dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995) e toda a legislação do Direito Eleitoral brasileiro, regulamentado e fiscalizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O único obstáculo imposto diante da atuação desses agrupamentos suprapartidários é a incapacidade de lançar candidatura sem a estrutura partidária. Restrições institucionais e legais que imputam aos partidos políticos o monopólio da candidatura.

Se para Aldrich (1995), um partido político é uma instituição endógena moldada por atores políticos ambiciosos, de forma que são organizações instrumentalizadas para “ajudar” os políticos a atingirem seus objetivos, os partidos sempre foram nada mais que uma ferramenta dos políticos. O autor argumenta que esses atores mantiveram ou abusaram do sistema partidário e, ao fazê-lo, sempre estiveram em busca da promoção de seus objetivos e ambições. Desta forma, o autor defende que os políticos não têm metas

partidárias em si. Ao contrário, eles têm objetivos mais fundamentais e o partido é apenas o instrumento para alcançá-los (ALDRICH, 1995). A atuação dos movimentos suprapartidários e a sua relação com os partidos políticos brasileiros corroboram com a ideia da organização partidária ser instrumentalizada pela elite política.

Seguindo o raciocínio de Aldrich (1995), se o partido existe para resolver problemas de ação coletiva, ou seja, instrumento de organização e agregação de interesses, os movimentos suprapartidários também podem ser lidos por essa ótica. Se o partido existe para resolver problemas de escolha coletiva - sendo uma ferramenta útil na solução de problemas de escolha social, em interações entre instituições eleitorais, legislativas e executivas - esses agrupamentos também podem ser analisados por essa perspectiva. O fato é que, tal qual apresentado por Aldrich (1995), o cenário histórico-tecnológico, onde ferramentas de comunicação e locomoção modernas tornam os partidos menos necessários para organizar campanhas e outras atividades, é essencial para entender a existência e atuação dos movimentos suprapartidários mas as restrições institucionais e legais, tais quais apresentadas por Scarrow (2006), vedam a esses agrupamentos a possibilidade de lançar candidaturas, de forma que seus representantes dependem dos partidos para serem eleitos.

O autor também defende que a forma em que os partidos podem “ajudar” os políticos ambiciosos dependem de três variáveis: a política, ou seja, o eleitorado; o cenário institucional, ou seja, os arranjos do sistema político em questão; e o contexto histórico, fundamentados em ideias, valores e condições tecnológicas de desenvolvimento. As duas primeiras variáveis robustecem problemas de ação e escolha coletiva e o contexto histórico determina se os partidos são o meio mais eficientes de resolver esses dois problemas.

Retomando, por fim, a lição deixada por Aldrich (1995), que deve ser essencial para compreender os movimentos suprapartidários, onde o autor defende que os políticos podem achar interessante a criação ou a instrumentalização de partidos para conquistar seus objetivos não é a mesma coisa que dizer que eles vão escolher esse tipo de organização. Cada vez mais, surgem outras formas de organização como forma de alcançar os objetivos dos atores políticos. Cada vez mais é debatido a questão do lançamento de candidaturas individuais sem a participação de partidos. Devemos dar mais atenção para análises acerca da presença de incentivos para que os políticos organizam-se em torno de partidos, se é fácil e conveniente este tipo de arranjo institucional e se não existem outras formas de organização superiores. Mais do que isso, diante da existência de dois atores que cumprem funções congêneres, cabe indagar como se dá a relação entre os movimentos

suprapartidários e os partidos políticos no Brasil, a partir da perspectiva das lideranças destes movimentos.

Cabe ressaltar, que a política brasileira sempre foi marcada por um forte sentimento antipartidário. Faz parte de nossa formação política a desconfiança das instituições da democracia liberal, tais como partidos e parlamentos. Campello de Souza (1976) apresenta como os debates na Assembleia Constituinte de 1933 já demonstravam, à esquerda e à direita, restrições ao liberalismo político. Essa oposição pode nos ajudar a compreender a emergência de regimes autoritários que passaram por cima da representação política, de partidos e parlamentos, como o Estado Novo e a ditadura militar. Mesmo o período democrático entre 1945-1964 foi marcado pela existência de partidos criados de cima para baixo, como o PSD e PTB, e por outra legenda que sequer utilizava o rótulo de partido, a UDN. Foi apenas a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 que surgiram os primeiros partidos políticos brasileiros com alguma base social, política e ideológica. Mesmo assim, algumas das legendas mais importantes, como o PMDB/ MDB, PDS/PPR/PPB/Progressistas, PFL/DEM/UB e PSDB, são, grosso modo, criações internas ao parlamento, ou seja, partidos estruturados em torno da elite política. O único partido importante surgido externamente foi o PT.

É importante destacar que as legendas brasileiras surgiram em um contexto em que nos países desenvolvidos já havia tido início um processo de erosão da identificação partidária. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, depois das redes sociais, a maior escolarização do eleitorado, a cartelização dos partidos, as denúncias de corrupção, as campanhas eleitorais centradas nos candidatos, todos esses processos contribuíram para o declínio das legendas no mundo. Esse processo ocorria ao mesmo tempo em que no Brasil as legendas buscavam se consolidar junto ao eleitorado.

Na verdade, as legendas brasileiras nunca conseguiram se consolidar junto ao eleitorado. Os trabalhos de Kinzo (2004, 2005) procuram sustentar a ideia da incapacidade dos partidos em estruturar a decisão de voto dos brasileiros. A única notável exceção é o PT. São diversas as razões que nos ajudam a compreender a singularidade do PT na política brasileira. É um partido surgido fora do parlamento, composto por diversos grupos sociais, como sindicatos, grupos religiosos e intelectuais, que buscou consolidar uma marca própria e a expansão de sua rede organizacional. A vitória do PT nas eleições presidenciais colaborou para acelerar o processo de expansão da legenda ao mesmo tempo em que provocou forte desgaste.

Dados de pesquisa de opinião do Datafolha e de pesquisa acadêmica de Braga e Pimentel indicam que o PT atingiu seu auge de popularidade e de organização em 2012. Naquele ano, mais de 30% dos brasileiros declaram ter preferência pelo partido e ele estava presente em diretórios ou comissões provisórias em mais de 5000 municípios do país. Contudo, no ano seguinte, em 2013, teve início uma série de manifestações populares que minaram o apoio aos políticos e às instituições políticas, derrubando fortemente a popularidade de Dilma e do PT. Em 2016, a preferência pelo PT havia caído para menos de um quarto do que havia sido e a rede organizacional se contraía pela metade. A crise não atingiu apenas o PT. Diversos partidos optaram por mudar de nome e excluir o termo “partido”. Surgiram o Democratas, Cidadania, Solidariedade, Avante, Patriotas, Republicanos, Progressistas, entre outros.

Também é importante destacar que em diversos países do mundo, movimentos políticos substituíram ou passaram a rivalizar com os partidos tradicionais. É possível afirmar que o terremoto que abalou os partidos tradicionais na Europa começou na Itália com a implosão da partidocracia da Democracia Cristã a partir da operação Mãos Limpas. Desde então surgiram e dominaram a política italiana o Forza Italia, Lega Nord e o Movimento 5 Stelle. Movimentos semelhantes, tanto à esquerda como à direita, surgiram na Espanha, Podemos e Ciudadanos, na Grécia, Syriza, e na França, a Frente Nacional, o France Insoumise e En Marche!

Posto isto, retomando o argumento supracitado, cada vez mais surgem outras formas de organização como forma de alcançar os objetivos dos atores políticos. Cada vez mais é debatido a questão do lançamento de candidaturas individuais sem a participação de partidos. Devemos dar mais atenção para análises acerca da presença de incentivos para que os políticos organizam-se em torno de partidos, se é fácil e conveniente este tipo de arranjo institucional e se não existem outras formas de organização superiores. Mais do que isso, no cenário nacional, diante da existência de dois atores que cumprem funções congêneres, cabe indagar como se dá a relação entre os movimentos suprapartidários e os partidos políticos. Neste artigo, analisamos as funções desempenhadas pelos movimentos suprapartidários e se elas se enquadram na tipologia funcional de partidos políticos ou se exercem papéis específicos relacionados ao contexto em que atuam. A resposta não precisa ser a mesma para todos os movimentos.

BEM ME QUER, MAL ME QUER: OS MOVIMENTOS SUPRAPARTIDÁRIOS NO BRASIL

A fim de cumprir os objetivos propostos neste artigo, adotamos como estratégia de tratamento teórico e prático a pesquisa de caráter qualitativo, onde a relação dinâmica, contextual e temporal acerca do surgimento, estrutura e funcionamento dos movimentos suprapartidário brasileiros é essencial para responder as perguntas que guiam esse trabalho no que diz respeito aos objetivos e funções dessas organizações e sua relação com os partidos no sistema político nacional. Portanto, este trabalho se alicerça em estudos analíticos, cujo propósito é identificar e analisar com maior grau de profundidade estes atores políticos. O corpus de análise deste trabalho está fundamentado em cinco movimentos de renovação - Renova Brasil, Vote Nelas, Vamos Juntas, Livres e Rede Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) e entrevistas semiestruturadas com seis lideranças vinculadas a estes agrupamentos, seguida da análise de conteúdo das mesmas. O corpus foi selecionado com base em três critérios: 1) notoriedade e êxito em eleger seus membros para parlamentos municipais, estaduais ou federais, 2) alocação de seus membros em diversos partidos com posicionamentos distintos no *continuum* ideológico e 3) responsividade ao serem contactados para a participação no estudo.

Entendemos como movimentos suprapartidários aqueles agrupamentos organizados na sociedade civil sob a lógica apartidária, ou seja, que atuam de forma independente aos partidos políticos e, sobretudo, reúne e organiza atores políticos de diferentes ideologias com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da democracia e fortalecimento dos valores democráticos com ações políticas que prezam a pluralidade, a representação e a transparência. Um dos aspectos recorrentes nas entrevistas é a visão de que os movimentos surgem em uma tentativa de construir espaços de diálogo em que pessoas de campos ideológicos diferentes e partidos opostos possam debater aspectos políticos num espaço compartilhado.

Não cabe neste espaço explorar o surgimento dos movimentos suprapartidários no Brasil nos últimos anos. São diversos em todo o território nacional e eles defendem pautas diversas. Contudo, a fim de apresentar o escopo das entrevistas do presente trabalho, cumpre-se uma apresentação breve sobre essas organizações. Vale destacar que todos os movimentos pesquisados surgiram após 2012, a maior parte deles após 2015 quando a polarização política se acentuou no Brasil.

O RenovaBr foi fundado em 2017 pelo empreendedor e investidor Eduardo Mufarej, com apoio do apresentador de televisão Luciano Huck. É uma escola de formação política de novas lideranças. O Renova busca selecionar e treinar pessoas de diversas

origens sociais, crenças e posicionamentos políticos. Dentre os valores que o grupo afirma defender, destacam-se o compartilhamento de conhecimento na área de políticas públicas, comunicação e liderança, a independência dos partidos políticos, a transparência nas ideias e no uso de recursos, a democracia e seus valores, como o respeito à diferenças e o diálogo e a representatividade, buscando incluir todos nos espaços políticos-institucionais. Desde sua fundação, o Renova colaborou com a formação de centenas de cidadãos e com a eleição de dezenas de políticos, dentre os quais podem ser encontrados Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos e Vereadores. Esses políticos estão filiados em diversos partidos, desde os identificados mais à esquerda como PT, PCdoB e Rede, até os mais à direita como o Democratas (atual União Brasil), Patriotas e Novo.

O coletivo Vote Nelas é um grupo suprapartidário fundado em 2018 por mulheres e organizado de forma independente, voluntária e participativa. A principal bandeira do grupo é a inserção política das mulheres. Nesse sentido, o coletivo apoia a candidaturas de mulheres no país e atua em campanhas de conscientização pelo voto das mulheres. Além disso, participantes do coletivo criaram uma ferramenta online, chamada 72 horas (<https://72horas.org/>), tendo como principal objetivo aumentar a transparência sobre a aplicação de recursos públicos eleitorais declarados pelas candidaturas.

A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade - RAPS é um dos mais consolidados grupos de atuação política suprapartidária. Foi fundado em 2012, ainda antes das manifestações de rua que chacoalharam o Brasil a partir de 2013. Foi fundado por um grupo de lideranças econômicas, políticas e sociais, dentre os quais destaca-se Guilherme Leal, um dos fundadores e executivo da Natura. Dentre as suas principais bandeiras estão a busca pela construção de um país mais justo, com melhor qualidade de vida e, principalmente, com respeito aos recursos naturais. O grupo atua na formação e na qualificação de líderes políticos e sociais, tanto os que pretendem se candidatar a cargos públicos, quanto políticos com mandato. Mais de 1000 pessoas já passaram pela qualificação da RAPS, com centenas de membros filiados à quase totalidade dos partidos com representação no Congresso Nacional. Além disso, são mais de 200 políticos vinculados à rede entre senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos e vereadores

Fundado em 2016, o Livres é um movimento que defende a “liberdade por inteiro”, isso significa que são favoráveis ao liberalismo na economia e nos costumes. Essa defesa inclui o livre-mercado, a desregulamentação, a privatização, a gratuidade de serviços

públicos apenas para quem não pode pagar com a distribuição de vouchers, a legalização da maconha e a união homoafetiva. Inicialmente, o grupo era uma tendência dentro do PSL, fundada, entre outros, por Sergio Bivar, filho do presidente do partido, Luciano Bivar. Contudo, com a adesão de Jair Bolsonaro, político desalinhado com os valores defendidos pelo Livres, o grupo deixou o partido. Atualmente, o Livres está desvinculado de partidos e possui lideranças em diversas legendas, especialmente àquelas mais à direita e ao centro, como o Novo, o PSDB e o Cidadania, apesar de que o grupo rechaça a classificação esquerda-direita.

O Vamos Juntas foi criado em 2019 para incentivar mulheres a participarem da política e se candidatarem a cargos eletivos. Tem como suas principais bandeiras a igualdade de gênero, o fortalecimento da sociedade civil, a diversidade e a ética na política. O grupo oferece apoio técnico, social e emocional às candidatas e atua em prol de políticas públicas pelo aumento de mulheres na política. Na primeira eleição disputada por suas integrantes, o Vamos Juntas apoiou 51 candidatas, das quais 11 foram eleitas como vereadoras em diversos partidos, desde à esquerda, como PT e PCdoB, até à direita, como PSC e Progressistas, passando pelo centro, com o MDB.

MOVIMENTOS SUPRAPARTIDÁRIOS: ATORES CONSORTES OU ADVERSÁRIOS?

Como apresentado anteriormente, nós selecionamos e entrevistamos seis lideranças que pertencem a cinco grupos suprapartidários. Os entrevistados são pessoas que compõem o primeiro escalão dos movimentos, diretores-executivos, diretores de comunicação e coordenadores-gerais. Essas pessoas possuem alto nível educacional, todos graduados em boas universidades e alguns com cursos de pós-graduação, mesmo mestrado e doutorado. Por ser um fenômeno recente, a participação dessas pessoas nos movimentos também é recente. A maior parte é oriunda ou ainda atua no setor privado. Os agrupamentos são quase sempre formados por um pequeno grupo de pessoas destacadas no meio empresarial ou político que toma a iniciativa de constituir um movimento e, conseqüentemente, conseguem ganhar notoriedade a partir de suas conquistas. Essas são medidas a partir da quantidade de pessoas envolvidas e existem diversos níveis de envolvimento. Desde a participação em cursos de formação, capacitação de lideranças locais e regionais e, como ponto culminante, a eleição dos quadros para cargos públicos.

Nesse sentido, eleger para cargos públicos pessoal capacitado ou apoiado por movimentos de renovação política, os aproxima da definição de partido proposta por Sartori (1982, p.85), qual seja, "...partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos".

Os movimentos variam bastante com relação à sua estrutura, tal qual os partidos políticos e quaisquer outras organizações. Existem alguns mais antigos, consolidados e maiores que possuem uma estrutura organizacional complexa, com diretorias, coordenações e lideranças e com abrangência em quase todo território nacional. Um desses exemplos é o RAPS. De acordo com a diretoria executiva:

Como associação, a RAPS possui três Conselhos em sua estrutura: Conselho Diretor, Conselho Fiscal e Conselho de Ética. A Diretoria Executiva responde diretamente ao Conselho Diretor. Atualmente, a RAPS conta com 29 colaboradores, estruturados entre coordenadorias: i) Gente e Gestão; ii) Núcleo Político e Advocacy; iii) Projetos; iv) Comunicação; e v) Direção e Governança. Para fora da estrutura organizacional, a RAPS conta com sua rede de membros, atualmente com 750 membros, entre pessoas que possuem cargos eletivos (governadores, prefeitos, vereadores, deputados federais e senadores) e lideranças cívicas (SODRÉ PIRES, 2022).

Essa estrutura também é similar no RenovaBr e no Livres. O RenovaBr apresenta duas estruturas paralelas: um conselho consultivo e um conselho executivo. O conselho consultivo é composto pelo presidente do movimento, o comitê de educação e o comitê financeiro. Já o conselho executivo é composto pelas diretorias executivas de educação e produto, diretoria executiva de comunicação, diretoria executiva de relações institucionais, diretoria executiva de comunidade e eventos e pela diretoria executiva de operações. Já o Livres, apesar de apresentar uma diretoria executiva, eles se organizam de forma mais orgânica em torno de núcleos, sejam eles estaduais ou setoriais por área temática. A estrutura é dividida em dois eixos. Um eixo estrutural profissional composto por um diretor executivo e um diretor de comunicação. Abaixo coordenadores de áreas e núcleos de associados. Um coordenador financeiro, uma de relações institucionais, uma de políticas públicas, um coordenador de ação política. Além disso, tem funcionários de design e gestores de redes sociais. Estrutura voluntária, conselhos administração, de ética e fiscal. Conselho consultivo acadêmico. Núcleos engajamento associados estaduais e núcleos setoriais temáticos (saúde, educação, segurança pública, LGBT e mulheres).

Há também outros grupos menores e mais horizontalizados e localizados. Um exemplo é o movimento Vote Nelas. Apesar de dizer que a sua estrutura é um pouco similar com a de um partido político, não existem cargos de diretoria e coordenação setorial:

A gente se intitula fundadora do movimento. Em 2018, 10 mulheres se juntaram em São Paulo para fazer a campanha de uma candidata e lançamos o movimento Vote Nelas. Logo depois, lançamos o projeto Embaixadoras Vote Nelas, que juntou 300, 400 mulheres em várias cidades brasileiras. Hoje estamos passando por uma reestruturação feita através de uma consultoria e estamos estruturadas em Vote Nelas nacional, com algumas das fundadoras e as notáveis do Programa Embaixadoras Vote Nelas, num grupo do Whatsapp. Vamos fazer uma estrutura regional e tem também o Vote Nelas das cidades, com capilaridade pelo Brasil e presente nas redes [sociais] (AGNELLI, 2022).

Em geral, os grupos maiores são mais verticalizados, sempre com pessoas destacadas e poderosas na sua origem, empresários ou políticos, enquanto os grupos menores e mais horizontais são iniciativa de pessoas comuns que se unem com o objetivo e interesse de um maior poder de influência política.

No que diz respeito aos objetivos dos grupos, essas agremiações têm como pilares ações políticas voltadas para a renovação política, a formação de quadros, a mobilização política, influenciar a formulação de políticas públicas (*advocacy*) e assessorar o processo de tomada de decisão política e mandatos. O Vote Nelas tem como motivo-ser do movimento o *advocacy* no apoio a candidaturas femininas, ajudando na mobilização política eleitoral. O RAPS tem múltiplos enfoques, que passam pela produção de conteúdo para subsidiar melhores políticas, *advocacy* no Congresso Nacional, e formação e apoio aos membros da rede já eleitos. O RenovaBr tem como principal objetivo ser uma escola de formação de novos políticos com alinhamento com termos democráticos, calcados em dados e evidências, no diálogo, na ética e na transparência. Já o Livres tem como principal objetivo aumentar a liberdade individual e ser a representação do liberalismo no debate público no Brasil, aprovando Políticas Públicas mais liberais que aumentam a liberdade individual no país, formando lideranças para atuar na sociedade civil, seja por vias eleitorais ou em instâncias deliberativas, qualificando associados que querem se candidatar e qualificar mandatos.

Consolidou numa atuação baseada em três eixos, que a gente chama de forma, informa e reforma. É um eixo de formação de quadros, [onde] liberais que querem participar da política, não necessariamente eleitoral

[...] A gente tenta facilitar esse caminho do liberal para participar da política, seja como candidato, possível assessor ou participa do conselho da cidade, de conselho estadual da juventude, esse tipo de participação cívica. Um outro eixo de informação, de produção de conteúdo pro debate público de forma ampla. E um outro eixo de reforma, de apoio de *advocacy*. De apoio ao andamento de pautas liberais no Congresso e nas vias legislativas em geral. (FERREIRA, 2022).

Ainda sobre o Livres, ele é o único agrupamento suprapartidário que defende a existência de valores programáticos-ideológicos, defendendo o liberalismo no Brasil, entendido como o aumento da liberdade individual dos cidadãos. Em contrapartida, de maneira geral, os demais movimentos dizem não ter ideologia e que todos são bem-vindos, desde que aceitem as regras e pilares de atuação estabelecidas por cada organização. De fato, observa-se que os políticos em exercício de mandato vinculados aos demais grupos estão filiados a dezenas de partidos políticos desde à direita, como o Novo, Patriotas, PL, UB, PSC e PTB, passando pelo centro, como o Cidadania, PSDB e MDB, até a esquerda, como o PT, PCdoB e Rede. O que caracteriza esses movimentos não é a falta de ideologia, mas uma adesão quase incondicional, pelo menos ao nível do discurso, à Democracia Liberal nos moldes apresentados por Mounk (2018, p.44), ou seja, “um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático - um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas”.

Além disso, também é possível afirmar que esses movimentos e grupos rechaçam o comportamento autoritário de acordo com o proposto por Levitsky e Ziblatt (2018), ou seja, não aceitam pessoas que rejeitam as regras do jogo democrático, negam a legitimidade política dos adversários, toleram ou encorajam a violência política e que têm a propensão de restringir a liberdade civil dos oponentes. Um exemplo claro foi identificado na entrevista com a liderança do movimento Vote Nelas. Por conta do momento histórico vivido nas eleições de 2018 e tendo como um dos seus pilares de atuação a defesa da democracia e das mulheres, candidatas oriundas do PFL, partido que o ex-presidente Jair Bolsonaro era filiado na época, não foram selecionadas para a participação no movimento. A tônica presente em todas as entrevistas é que os movimentos suprapartidários estudados não aceitam membros que compartilhem do extremismo político, de ambos os lados.

Nem todos os movimentos e grupos estão preocupados com formação política. Em alguns esse é o traço distintivo, oferecer cursos de formação política básica. Outros preferem centrar esforços em capacitar lideranças em certos temas e áreas das políticas públicas, enquanto que há aqueles que procuram atuar advogando para certas áreas. O

apoio a candidaturas e a mandatos é uma tônica em quase todos os movimentos e grupos. Os dois movimentos que apresentam uma maior preocupação com a formação política são o RenovaBr e Livres. Enquanto este produz um programa de formação de lideranças alinhados com os valores programáticos liberais que norteiam o agrupamento, o RenovaBr se apresenta como uma escola de formação de políticos extensa e continuada. A formação é dividida em dois eixos: a formação inicial, voltada para quem não tem mandato e quer se candidatar ou atuar em qualquer instância política; e a formação continuada, voltada para associados que já possuem mandatos. Enquanto a formação inicial é produzida através de workshops sobre o funcionamento das instituições políticas brasileiras e para um planejamento estratégico e organização profissional de campanha e mobilização, a formação continuada apresenta cursos de planejamento estratégico de mandatos e debate de políticas públicas de temas em voga.

Existem dois caminhos principais para o recrutamento das pessoas envolvidas com os movimentos suprapartidários. Existem as pessoas que buscam e as que são buscadas. As pessoas que buscam participar dos movimentos encontram os caminhos a partir dos sites e das redes sociais. Quase sempre, essas pessoas precisam aceitar termos de compromissos e passar por processos seletivos. Alguns que oferecem formação política possuem uma grande procura e demandam diversas etapas para que o cidadão possa ser formado. Nos casos em que os cidadãos são buscados, os movimentos procuram ativistas, pessoas que já possuem algum tipo de trabalho social ou alguma inserção política ou econômica que lhe dê visibilidade a ponto de ser uma potencial candidata a cargos eletivos. É muito comum os movimentos indicarem que realizam buscas ativas nos perfis das redes sociais de potenciais candidatos e membros para avaliar o nível de compromisso com valores democráticos que essas pessoas possuem. Aqueles que forem flagrados em comportamentos incompatíveis com os compromissos assumidos, seja no mundo real ou no mundo virtual, são convidados a se retirar. Vários relatam casos de pessoas que não foram admitidas ou que foram desligadas por causa de comportamentos intolerantes e incompatíveis com a ideologia da Democracia Liberal que está inscrita nos princípios dos grupos.

Os entrevistados não souberam apontar se existe algum estilo de representação que caracterize os eleitos com apoio dos movimentos. Da mesma forma, também não souberam responder como se dá a relação dos eleitos com os governos. A justificativa para o desconhecimento é que os políticos pertencem a diversos partidos, são oriundos de diferentes classes e grupos sociais, cada qual com seu próprio estilo de representação e cada

qual com sua própria relação com os diferentes governos com os quais interagem. Os grupos e movimentos suprapartidários estão mais preocupados em formar novas lideranças, apoiá-las nas eleições e dar suporte ao processo de formulação de políticas públicas para os eleitos, observar se esses se comportam de forma compatível com os valores da democracia liberal, mas estão menos ou pouco preocupados com a relação deles com os governos e com os eleitores. O único que diz que tem estilo de representação distinto é o Livres, com eleitorado mais urbano e de opinião. A forma como agem com sua base eleitoral é diferente, mas o entrevistado afirma que há variação dentro do próprio Livres. Apesar de apresentar voto de opinião, muitas vezes os candidatos estão vinculados a grupos de interesse/pressão específicos.

No que diz respeito ao financiamento, existem duas fontes principais para esses grupos: doações e contribuições dos associados. Quase todos os movimentos estão abertos a receberem pequenas contribuições periódicas de seus membros. Em geral, não existe uma obrigatoriedade, nem uma periodicidade estabelecida, contudo, existe um estímulo explícito para que elas ocorram. Com relação às doações, apenas o RenovaBr não aceita doações de pessoas jurídicas. Existem grandes financiadores, principalmente empresas e empresários, que fazem grandes contribuições para a manutenção das atividades desses agrupamentos. O Livres apresenta um teto de doação de pessoas físicas (não especificado na entrevista), calculado de forma proporcional ao orçamento anual do grupo. O estabelecimento desse teto tem como fundamento a garantia que um indivíduo isolado não obtenha poder no agrupamento.

É sobre esse mesmo argumento que o Livres é contra o financiamento público do seu movimento. Eles entendem que o atual modelo do fundo eleitoral e o fundo partidário produz distorções no sistema político brasileiro porque concentra poder excessivo na mão de poucas pessoas, geralmente o dirigente partidário, e afasta do partido da sociedade, visto que não se busca apoio na esfera civil. Quanto ao financiamento público, todos os entrevistados se declaram contrários por entenderem que esse recebimento comprometeria a independência e autonomia dos movimentos.

Por fim, com relação aos partidos políticos, todos os entrevistados declararam que os líderes e os integrantes dos movimentos têm total liberdade para escolherem seus partidos. Um bom exemplo disso é o Livres, que mesmo tendo posicionamento ideológico definido, tem líderes em mais de 10 partidos diferentes. Todos os movimentos defendem a existência de uma boa relação entre eles e os partidos políticos, especialmente com as fundações partidárias. Eles entendem os partidos como parceiros na caminhada rumo ao

Brasil que desejam. É claro que ao longo do percurso podem haver obstáculos e dificuldade no relacionamento dos eleitos com seus partidos, mas a relação destes com os movimentos é vista como positiva e mais, como necessária, uma vez que partidos ainda detêm o monopólio das listas eleitorais. Isso não faz com que os movimentos e grupos que pesquisamos tenham interesse em se tornarem partidos políticos. Ao serem questionados sobre a pretensão de virarem partidos institucionalizados, todos preferem se manter como estão, com uma posição suprapartidária. De todos os grupos pesquisados, apenas o Livres surgiu no interior de um partido e, por algum tempo, teve a pretensão de controlar a legenda. Hoje eles enxergam que o seu lugar na política mudou. Se antes, ao tentar controlar o PSL, a pretensão era atuar na esfera do poder, agora eles buscam articulação baseada em influência. Assim como os demais movimentos suprapartidários, eles não são e nem querem ser mais a linha de frente como partido, mas sim um meio de campo de aproximação e produção de rede de políticos e de ações políticas.

Com exceção do Vote Nelas, todos os movimentos suprapartidários estudados se identificam como grupos de interesse com pauta definida. Eles não representam ou não atuam em função de qualquer grupo de interesse. Em essência, esses movimentos são grupos de interesse que atuam estabelecendo compromissos com pautas definidas e procuram agrupar pessoas que compartilhem dessa pauta para fortalecê-las politicamente.

AFINAL, PARCERIA OU DESAFIO?

Pensar na centralidade dos partidos, na realidade brasileira, é extremamente fácil, sobretudo se levarmos em consideração o monopólio da candidatura que estas instituições detêm. Em levantamento realizado pela Rede de Informações Eleitorais, composta por Estados Unidos, Canadá, México e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), destaca-se que o Brasil está entre os 20 países que não permitem candidaturas avulsas, ou seja, que não permitem candidatos que não sejam filiados a um partido político.

Islândia, Croácia e Bulgária são exemplos de países em que o primeiro-ministro ou o presidente não são integrantes de agremiações partidárias. China, Irã, Índia, Estados Unidos, Japão e Itália são exemplos de nações que permitem às pessoas sem filiação partidária disputarem eleições. Joachim Gauck, ex-presidente alemão e Emmanuel Macron, na França, são exemplos de candidatos independentes eleitos à presidência. No caso de

Macron, o movimento République En Marche, pelo qual ele foi eleito, logo se tornou um partido político institucionalizado.

O fato é que, diante da impossibilidade de lançamento de candidaturas independentes no Brasil, os membros envolvidos ou formados pelos movimentos suprapartidários precisam estar filiados a algum partido. Apesar desses agrupamentos suprapartidários resolverem o problema de coordenação e ação coletiva (ALDRICH, 1995), por causa das regras eleitorais brasileiras, dependem dos partidos políticos para poderem disputar o jogo eleitoral.

Apesar, numa primeira vista, acreditarmos que a relação entre os partidos e movimentos suprapartidários não seria sempre harmônica, à medida em que cada sigla partidária tem um programa com objetivos que podem divergir com princípios defendidos pelos agrupamentos suprapartidários, ambos os lados beneficiam-se mutuamente dessa relação. Todos os entrevistados declararam que existe uma boa relação entre eles e os partidos, especialmente com as fundações partidárias. Eles entendem os partidos como parceiros na caminhada rumo ao Brasil que desejam. De todos os grupos pesquisados, apenas um surgiu no interior de um partido e, por algum tempo, teve a pretensão de controlar a legenda, mas as coisas não funcionaram como desejavam e acabaram por deixar o partido e hoje seus integrantes se encontram em diversas legendas.

Enquanto os movimentos necessitam das legendas para concorrerem aos cargos, os partidos aproveitam as lideranças formadas por esses agrupamentos para compor a sua nominata. Além de serem possíveis puxadores de votos, essas lideranças raramente gastam o financiamento público de campanha, que agrega valores do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Os partidos não gastam dinheiro com a formação política dessas lideranças e os mesmos utilizam-se do financiamento privado advindo de apoiadores dos movimentos suprapartidários, sendo assim uma relação benéfica para ambos os lados.

Além disso, vale ressaltar que as agremiações partidárias têm vantagem em termos de legitimidade sobre os demais atores políticos, contudo, cabe indagar se talvez elas não sejam capazes de enfrentar os desafios futuros sozinhas. Se as democracias representativas não funcionam sem os partidos, os movimentos suprapartidários também necessitam deles. Contudo, apesar de os partidos manterem o seu papel crucial de mediadores entre Estado e sociedade, parece que esses movimentos suprapartidários também produzem um contato estreito com os cidadãos individualmente e com quadros políticos. Por isso, os partidos precisam não apenas estabelecer formas de diálogo com tais movimentos, mas sobretudo

com seus quadros e membros ativos que constituem um “elo” com os eleitores comuns e agem retroalimentando as opiniões da sociedade no espaço político. São os partidos que continuarão desempenhando um papel decisivo na arena eleitoral, pois são eles que indicam candidatos. Mas também são os movimentos suprapartidários que fornecem candidatos formados politicamente e com um “selo de confiança” aceito pelo eleitorado.

Retomando o argumento de Aldrich (1995), fica claro que a elite política mantém e se utiliza do sistema partidário e, ao fazê-lo, sempre esteve em busca da promoção de seus objetivos e ambições, de forma que os partidos são apenas o instrumento para alcançá-los. Acreditando na contínua importância dos partidos em todos os sistemas democráticos, sobretudo no contexto brasileiro diante da sua centralidade enquanto atores que detém monopólio da candidatura, contudo, devemos levar em consideração as diversas combinações existentes entre várias organizações, que estão de acordo com os desafios enfrentados pela contemporaneidade. Novos atores emergem de forma a combinar as maneiras de atuação, tornando cada vez mais importante o desenvolvimento de formulações mais sistemáticas e sofisticadas empiricamente, de forma a se consolidar um conjunto de teorias de médio alcance. Dentre esses novos atores, vale ressaltar, essencialmente, os movimentos suprapartidários e a sua relação com os partidos políticos.

A análise das entrevistas mostram que os movimentos suprapartidários e os partidos políticos apresentam funções congêneres tais quais a agregação de interesse, canais de participação e de mobilização política, recrutando e formando candidatos, organizando campanhas e implementando objetivos. Nossa pesquisa continua, se o objetivo dessa etapa, apresentado nesse artigo, foi mapear e compreender a relação entre partidos políticos e movimentos, a próxima etapa buscará identificar se os movimentos supra-partidários, depois do relativo êxito obtido em 2018, quando aparentemente havia um maior desejo de renovação por parte do eleitorado, conseguiram manter ou ampliar a quantidade de votos e cadeiras recebidas por seus membros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRICH, John. (1995). *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. Chicago: The University of Chicago Press.

BARNDT, W. T. (2016). The organizational foundations of Corporation-based parties. In: Levitsky, S.; Loxton, J.; Van Dyck, B.; Domínguez, J. I. *Challenges of party-building in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.

BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Brasília, DF, set 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal promulgada em 1988.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. (1976). Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

CORPORACIÓN LATINO BARÓMETRO. Relatório do Latinobarômetro 2018. Santiago, Chile, 2018.

KINZO, Maria D.'Alva G. (2004). Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs. V. 19, n. 54, p. 23-40.

KINZO, Maria D.'Alva G. (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: Anpocs. V. 20, n. 57, p. 65-81.

LAWSON, Kay; MERKL, Peter H. (Ed.). When parties fail: emerging alternative organizations. Princeton University Press, 2014.

LEVITSKY, S. & ZIBLATT, D. (2018). Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

MERRIAM, Charles Edward. (1922). The American party system: an introduction to the study of political parties in the United States. Nova Iorque: Macmillan.

MOUNK, Yascha. (2020). O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la?. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, São Paulo.

PANEBIANCO, Angelo. Political parties: organization and power. CUP Archive, 1988.

PEREIRA, Marcus Abílio. (2012). Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. Opinião Pública. Campinas: Cesop. V. 18, n. 1, p. 68-87.

SARTORI, Giovanni. (1982). Partidos e Sistemas Partidários. Brasília: EdUnB.

SCARROW, Susan E (2006). The 19th-Century Origins of Modern Political Parties: The Unwanted Emergence of Party-Based Politics in: KATZ, R.S.; CROTTY, W. (Ed.). Handbook of Party Politics. Londres: Sage Publications.

SCHATTSCHNEIDER, Elmer Eric. (1942). Party Government. New York: Farrar and Rinehart. Inc.

VAN HAUTE, Emilie; SAUGER, Nicolas. Partis politiques et systèmes partisans. Traité de politique comparée, p. 575-610, 2018.

WRIGHT, William E. Comparative party models: Rational-efficient and party democracy. A comparative study of party organization, p. 17-54, 1971.

Entrevistas

AGNELLI, Gisele. [mai. 2022]. Entrevistadores: José Paulo Martins Junior e Priscila Schmitz Duarte. Rio de Janeiro, 2023.

ALFINO, Larissa. [mai. 2022]. Entrevistadores: José Paulo Martins Junior e Priscila Schmitz Duarte. Rio de Janeiro, 2023.

FERREIRA, Mano. [mai.2022]. Entrevistadores: José Paulo Martins Junior e Priscila Schmitz Duarte. Rio de Janeiro, 2023.

NASCIMENTO, José Henrique. [mai.2022]. Entrevistadores: José Paulo Martins Junior e Priscila Schmitz Duarte. Rio de Janeiro, 2023.

RODRIGUES, Isabelle. [mai.2022]. Entrevistadores: José Paulo Martins Junior e Priscila Schmitz Duarte. Rio de Janeiro, 2023.

SODRÉ PIRES, Mônica. [mai.2022]. Entrevistadores: José Paulo Martins Junior e Priscila Schmitz Duarte. Rio de Janeiro, 2023.

José Paulo Martins Junior

Doutor em Ciência Política pela USP e professor associado da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Priscila Schmitz Duarte

Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp/Uerj), mestra em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) / Fundação Getúlio Vargas (FGV)